



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE URBANISMO

MARCELA SOUSA DO CARMO

**A VIOLÊNCIA COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO
ESPAÇO PÚBLICO: O CASO DAS PRAÇAS 2 DE JULHO,
PIEIDADE E IRMÃ DULCE**

SALVADOR/BA
2019

MARCELA SOUSA DO CARMO

**A VIOLÊNCIA COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO
ESPAÇO PÚBLICO: O CASO DAS PRAÇAS 2 DE JULHO,
PIEIDADE E IRMÃ DULCE**

Monografia apresentada à Universidade do
Estado da Bahia como requisito parcial para
a obtenção do título de bacharel em
Urbanismo

Orientador: Dr. Liliane Mariano

SALVADOR/BA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

C287a

Carmo, Marcela Sousa do

A violência como agente transformador do espaço público: o caso da praças 2 de Julho, Piedade e Irmã Dulce / Marcela Sousa do Carmo.-- Salvador, 2019.

48 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr^a. Liliane Ferreira Mariano da Silva.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Urbanismo) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Câmpus I. 2019.

1.Praças. 2.Arquitetura do medo. 3.Insegurança. 4.Violência.

CDD: 302

MARCELA SOUSA DO CARMO

**A VIOLÊNCIA COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO
ESPAÇO PÚBLICO: O CASO DAS PRAÇAS 2 DE JULHO,
PIEDADE E IRMÃ DULCE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia, como
requisito à obtenção do grau de Bacharel em
Urbanismo.

Aprovado em 18 de setembro de 2019

Banca Examinadora:

Liliane Ferreira Mariano da Silva
Doutora em Urbanismo
Docente da Universidade do Estado da Bahia – Campus I

Ana Patrícia Lima Moreira
Mestra em Ciências da Educação
Docente da Universidade do Estado da Bahia – Campus I

Ricardo Rigaud Muniz
Especialista em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades
Docente da Universidade Salvador

Salvador 18 de setembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado proteção e força para não desistir, se não fosse Ti eu nada seria. A minha mãe Claudia e a meu pai Marcelo, que mesmo separados me instruíram os bons costumes, por sempre me ajudarem e acreditarem na viabilização dos meus sonhos. A minha irmã Neca, que me apoiou durante minha graduação com palavras de carinho e incentivos. As minhas tias Noelia e Julia, que cuidaram de mim e auxiliaram na minha educação. Aos meus primos Breno e Beatriz, aos quais cresci junto, e sei que posso contar.

Muito obrigada a minha orientadora, Liliane Mariano, por toda dedicação e paciência no desenvolvimento deste trabalho, por todas as dicas.

Agradeço a UNEB e a todos os professores do curso de Urbanismo por cederem parcela do seu conhecimento, contribuindo para que eu aumentasse o meu.

Agradeço imensamente a minha amiga Rafaela por todas as palavras de apoio e incentivo. Companheira das risadas e dos momentos difíceis, na graduação foi um dos melhores presentes que Deus me deu. Obrigada pela tua amizade.

Gratidão a todos os amigos e colegas que ajudaram e incentivaram com conselhos, motivações e confiança, principalmente Carla e Adiles.

Todos vocês contribuíram para o meu crescimento.

RESUMO

A violência e a criminalidade são crescentes nas cidades, principalmente nas metrópoles, e são agentes que desencadeiam a ruptura dos laços sociais, e provocam a destruição dos vínculos de sociabilidade. As pessoas frequentam menos as ruas, fazem uso de grades, muros e sistemas de vigilância e evitam as praças e os parques. Esse trabalho tem como objetivo analisar as transformações provocadas pelo medo da violência e da criminalidade, esboçando-se na Praça Dois de Julho (localizada no Campo Grande), na Praça Nossa Senhora da Piedade (localizada no Centro Histórico) e na Praça Irmã Dulce (localizada no Largo de Roma). A metodologia aplicada é o de estudo de caso, inicialmente pesquisando sobre o espaço público e a violência, e como isso influencia na configuração das praças na cidade do Salvador. A escolha dessas Praças justifica-se em virtude de todas terem gradil em sua poligonal e por estarem inseridas em localidades de classe social distinta. A Praça 2 de Julho está inserida em uma localidade de renda alta, a Praça da piedade está no centro da cidade, enquanto a Praça Irmã Dulce está em uma localidade de população de classe média. A Praça da Piedade e a do Campo Grande estão situadas em bairros tradicionais que desde suas respectivas implantações foram frequentadas pela população privilegiada e foi palco de eventos e encontros sociais, entretanto observam-se mudanças radicais ao longo das últimas décadas. Conclui-se que a “cidade do medo” é uma consequência percebida nas praças, apresentando modificações em sua arquitetura com a utilização de artifícios de proteção. No entanto, uma vez que o sistema de segregação espacial utiliza como estratégia para fugir das inseguranças, ele gera para os usuários uma segurança relativa. O aumento da violência gera cada vez mais insegurança e maior segregação dos territórios reconfigurando o seu espaço.

Palavras-Chave: Praças; Violência; Insegurança; Arquitetura do medo.

ABSTRACT

Violence and crime are increasing in cities, especially in the metropolises, and are agents that trigger the break of social ties, and cause the destruction of social bonds. People are less frequent on the streets, use railings, walls and surveillance systems and avoid squares and parks. The objective of this paper is to analyze the transformations caused by the fear of violence and criminality, outlined in the Dois de Julho Square (located in Campo Grande), Nossa Senhora da Piedade Square (located in the Historical Center) and Irmã Dulce Square (located in Largo de Roma). The applied methodology is the case study, initially researching the public space and violence, and how it influences the configuration of squares in the city of Salvador. The choice of these Squares is justified due to the fact that they all have a slight polygonal shape and are located in different social class locations. Praca 2 de Julho is set in a high-income town, Praca da Piedade is in the city center, while Praca Sister Dulce is in a middle-class town. Praça da Piedade and Campo Grande are located in traditional neighborhoods that since their respective implantations have been frequented by the privileged population and has been the scene of events and social gatherings. However, there have been radical changes over the last decades. It is concluded that the “city of fear” is a perceived consequence in the squares, presenting modifications in its architecture with the use of protection devices. However, since the spatial segregation system uses as a strategy to escape insecurities, it generates relative security for users. The increase in violence generates more and more insecurity and greater segregation of territories reconfiguring their space.

Key-Words: Squares; Violence; Insecurity; Architecture of fear.

FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Salvador/BA	16
Figura 2: Mapa de densidade por bairro em Hab/Ha da cidade de Salvador/BA	17
Figura 3: Mapa de distribuição da renda domiciliar per capita, por área de ponderação, na cidade de Salvador/BA (censo de 2010)	18
Figura 4: Mapa de distribuição dos espaços públicos livres.....	18
Figura 5: Principais delitos – capital	21
Figura 6: Mapa de Localização das Praças: 2 de Julho, Piedade e Irmã Dulce.....	23
Figura 7: Praça do Campo Grande no ano de 1950.....	24
Figura 8: Edificações no entorno da Praça do Campo Grande	25
Figura 9: Praça do Campo Grande enfatizando a vegetação	26
Figura 10: Praça 2 de Julho após intervenção de 2001	26
Figura 11: Foto do gradil da Praça 2 de Julho.....	26
Figura 12: Utilização da Praça pelo público infantil	27
Figura 13: Parque infantil	27
Figura 14: Largo da Piedade final do século XVIII	29
Figura 15: Edificações no entorno da Praça da Piedade	31
Figura 16: Praça da Piedade após a reforma de 1928 ao fundo o prédio de Segurança Pública e o Convento da Piedade	32
Figura 17: Praça da Piedade enfatizando a vegetação no ano de 2006	33
Figura 18: Praça da Piedade após a Reforma de 1998	34
Figura 19: Pessoas em situação de Rua na Praça da Piedade	35
Figura 20: Praça da Bandeira (Atual Praça Irmã Dulce) no ano de 1971.....	36
Figura 21: Praça Irmã Dulce antes da reforma de 2014.....	38
Figura 22: Praça Irmã Dulce Após reforma de 2014	38
Figura 23: Guarda Municipal fazendo a proteção da Praça irmã Dulce	39
Figura 24: Complexo onde abarcava a Fundação Cidade Mãe, Conselho Tutelar, Albergue Municipal e CREAS POP	41
Figura 25: Complexo demolido dando forma ao estacionamento	41

SIGLAS

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

EPUCS - Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

RISP – Regiões Integradas de Segurança Pública

SENASP – Secretaria Nacional De Segurança Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEORICO	13
Espaços Públicos.....	13
1.2 Violência	14
CAPÍTULO 2: A CIDADE DE SALVADOR	16
2.1 Caracterização da cidade	16
2.2 Uso do solo e ocorrência de crimes em Salvador/BA	20
CAPÍTULO 3: O CASO DAS PRAÇAS	22
3.1 Praça Dois de Julho	24
3.2 Praça da Piedade.....	31
3.3 Praça Irmã Dulce	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

A violência é uma questão presente no cotidiano das cidades brasileiras, vivenciada na prática, na mídia, no discurso das autoridades políticas e nas conversas informais da população. Consequentemente, com esse fenômeno, o medo e o sentimento de insegurança vão se proliferando na sociedade, causando consequências que geram transformações no espaço público e no convívio social.

O medo está atrelado a questões sociais que a violência urbana carrega, e não depende de uma situação de risco iminente ou de uma ameaça real para que se manifeste, justamente por ser parte de toda uma conjuntura social e estrutural da sociedade capitalista (SILVA; FILHO, 2013; BAIERL, 2004).

A violência e a criminalidade são crescentes nas cidades, principalmente nas metrópoles, e são agentes que desencadeiam a ruptura dos laços sociais, e provocam a destruição dos vínculos de sociabilidade. As pessoas frequentam menos as ruas, faz uso de grades, muros e sistemas de vigilância e evitam-se as praças e os parques.

Nesse contexto, é objetivo deste trabalho analisar as transformações provocadas pelo medo da violência e da criminalidade nas Praças 2 de Julho, Piedade e Irmã Dulce na cidade de Salvador/BA.

A escolha das Praças dar-se em virtude de todas terem gradil em sua poligonal e por estarem inseridas em localidades de classe social distinta. A Praça 2 de Julho está inserida em uma localidade de renda alta. A Praça da piedade está no centro da cidade, enquanto a Praça Irmã Dulce está em uma localidade de população de classe média.

Especificamente, esse estudo visa expor o cenário atual da criminalidade na cidade de Salvador, o uso do solo e a ocorrência de crimes. Além de identificar as intervenções ocorridas, ao longo do tempo, nas praças: 2 de julho, Piedade e Irmã Dulce.

A metodologia aplicada nesta pesquisa utilizará o método de estudo de caso. Nesta abordagem o problema será analisado de fora para dentro: inicialmente estudando e pesquisando sobre o espaço público e a violência, e como isso influencia a configuração das praças na cidade do Salvador. A partir daí este estudo busca identificar mais especificamente as transformações físicas e das relações sociais.

Para isso, a pesquisa bibliográfica foi feita com base em estudos desenvolvidos pelo meio acadêmico, disponíveis na internet e em instituições. Os estudos acadêmicos já existentes irão contribuir para o desenvolvimento da metodologia, tomando como base pesquisas da mesma temática e em contextos semelhantes, indicando ferramentas e abordagens adequadas para atingir os objetivos.

A monografia se estrutura em introdução, que ora apresentada, constitui a apresentação do tema, objetivos, metodologia e a estruturação do trabalho. O primeiro capítulo há uma síntese conceitual, a partir da exposição de alguns autores com relação ao espaço público e violência urbana.

No segundo capítulo é exposto um sucinto diagnóstico com aspectos demográficos e socioeconômicos, além de retratar o cenário da criminalidade na cidade de Salvador, buscando verificar a incidência de crimes nas diferentes localidades da cidade.

O terceiro capítulo faz um aparato histórico das praças visando identificar sua evolução e suas respectivas transformações físicas e sociais.

E por fim, nas considerações finais são expostas as relevâncias desse trabalho na compreensão de como os espaços públicos estão enfrentando problemas no que tange a sua vitalidade.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEORICO

Espaços Públicos

Segundo Ascher (1995), o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano. O espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional (especialmente nas cidades capitalistas, onde a presença do privado é predominante), sendo de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público.

Serpa (2004) refere-se ao conceito de espaço público como sendo em si mesmo o espaço da ação política ou, pelo menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade.

Indovina (2002) considera, primeiramente, que o espaço público constitui fator importante de identificação, manifestando-se através de símbolos, posteriormente, refere-se o espaço público como o lugar da palavra, como lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Outro conceito estritamente ligado ao espaço público é o de acessibilidade, defendido por vários autores como o lugar onde qualquer indivíduo pode circular livremente.

Carreras (2002) considera que o espaço público pode ser especializados ou polivalentes. Os espaços públicos abertos são essencialmente polivalentes, dedicados a usos diversos, e que um uso pode predominar sobre outros; assim, as ruas e as praças, os passeios e as avenidas, os parques e os jardins servem para circular e comunicar, para passear e encontrar-se, para trabalhar e passar o tempo, para contemplar e ser contemplado.

É difícil apresentar uma definição concreta de espaço público, pois encara diversas vertentes de abordagem que se interligam. Contudo, entende-se que o espaço público é um lugar aberto, de acesso irrestrito, um ponto estruturante da malha urbana e confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço de passagem e de permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial.

1.2 Violência

A violência acompanha toda a história da humanidade, como numa epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais estão expressas na mais variadas relações

A Organização Mundial da Saúde (2002) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Esta definição reflete não apenas sobre o ato praticado, mas também o dano causado ao indivíduo, grupo, comunidade, já que podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais.

Segundo *Organización Panamericana de La Salud Pública* a violência, apesar da sua complexidade e das distintas concepções e interpretações sobre seus determinantes, tem sido definida como a utilização da força física ou da coação psíquica e moral por um indivíduo ou grupo, produzindo como resultado destruição, dano, limitação ou negação de qualquer dos direitos estabelecidos das pessoas ou dos grupos vitimados. A produção social desse evento envolve inúmeras causas – por exemplo, causas políticas, econômicas, culturais, religiosas, étnicas, de gênero, etárias – o que torna bastante complexa a adoção de medidas de prevenção e controle.

Para Michaelis (2000), violência quer dizer qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. Já para Hoepfner (2008) o termo estaria relacionado ao constrangimento físico ou moral, uso da força – coação.

De acordo com Minayo (1994), a violência se manifesta de três distintas formas: a estrutural, a da resistência e da delinquência.

A violência estrutural é “aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas consequências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora” (MINAYO, 1990, p.290).

Já a violência de resistência, ou revolucionária, é aquela “que expressa o grito das classes e grupo discriminados, geralmente de forma organizada, criando a consciência da transformação” (MINAYO, 1990, p.290). Tratam-se, então, das diferentes formas de resposta dos grupos e classes sociais, nações e quaisquer

outros indivíduos – inclusive trabalhadores – oprimidos pela violência estrutural.

Por último, está violência da delinquência, que se expressa nas ações fora da lei socialmente reconhecidas. A desigualdade, a exclusão dos indivíduos, o desprezo aos valores e normas sociais em função do lucro, o consumismo como valor e o culto à força são alguns dos fatores que contribuem para a prática de atos delinquentes e que devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural e dentro de especificidades históricas.

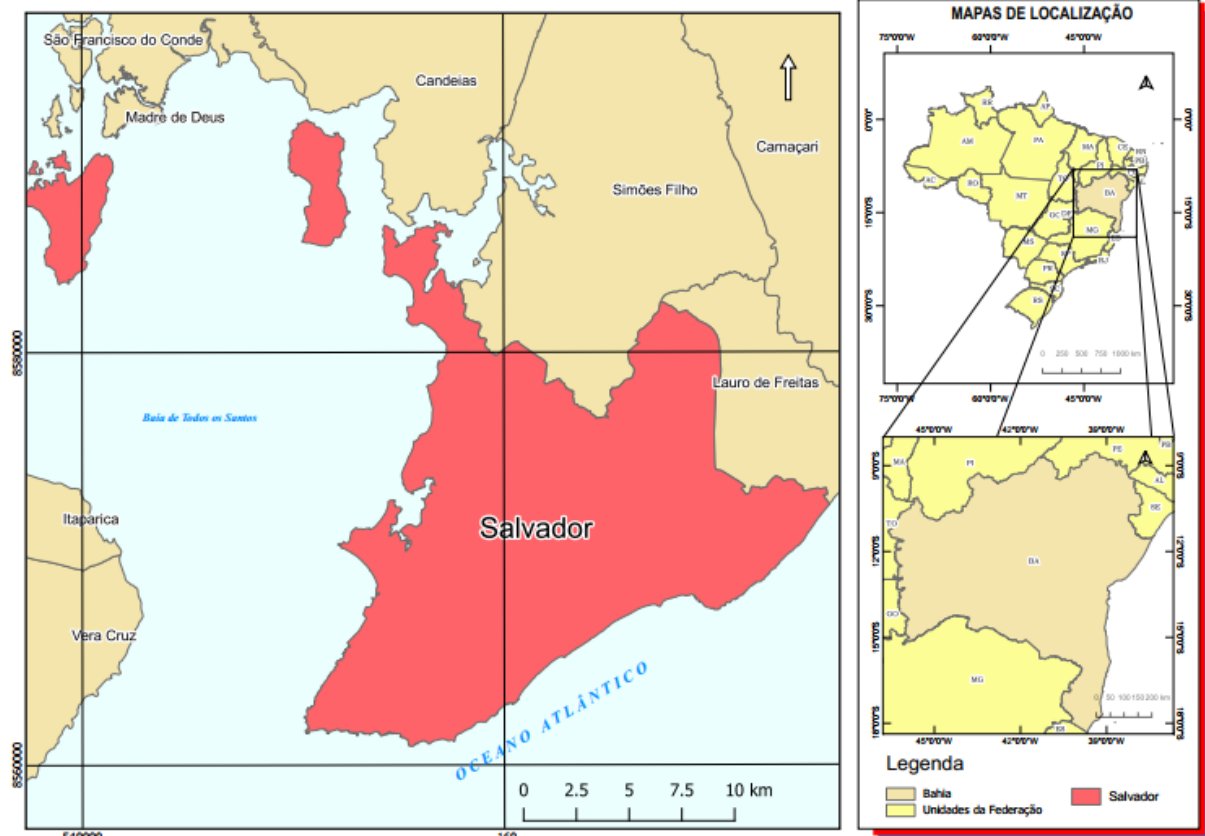
Para Castel (1995) as ações públicas, disponibilizadas pelo Estado tem que buscar preservar a coletividade (o agir coletivo) em oposição ao individual (o agir individual). A preservação da coletividade, portanto, se faz através da garantia dos serviços essenciais básicos.

É possível reduzir a violência por meio do investimento em políticas públicas que enfrentem as vulnerabilidades sociais a qual a maioria da população encontra-se expostos nas localidades mais pobres. O Brasil já possui acúmulo suficiente para construir uma política pública de prevenção à violência economicamente viável e com resultados muito mais promissores do que aquelas focadas na repressão. Apostar nesse caminho pode trazer resultados num prazo muito menor do que se imagina e, no longo prazo, reduzir o custo social suportado pela população.

CAPÍTULO 2: A CIDADE DE SALVADOR

2.1 Caracterização da cidade

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Salvador/BA



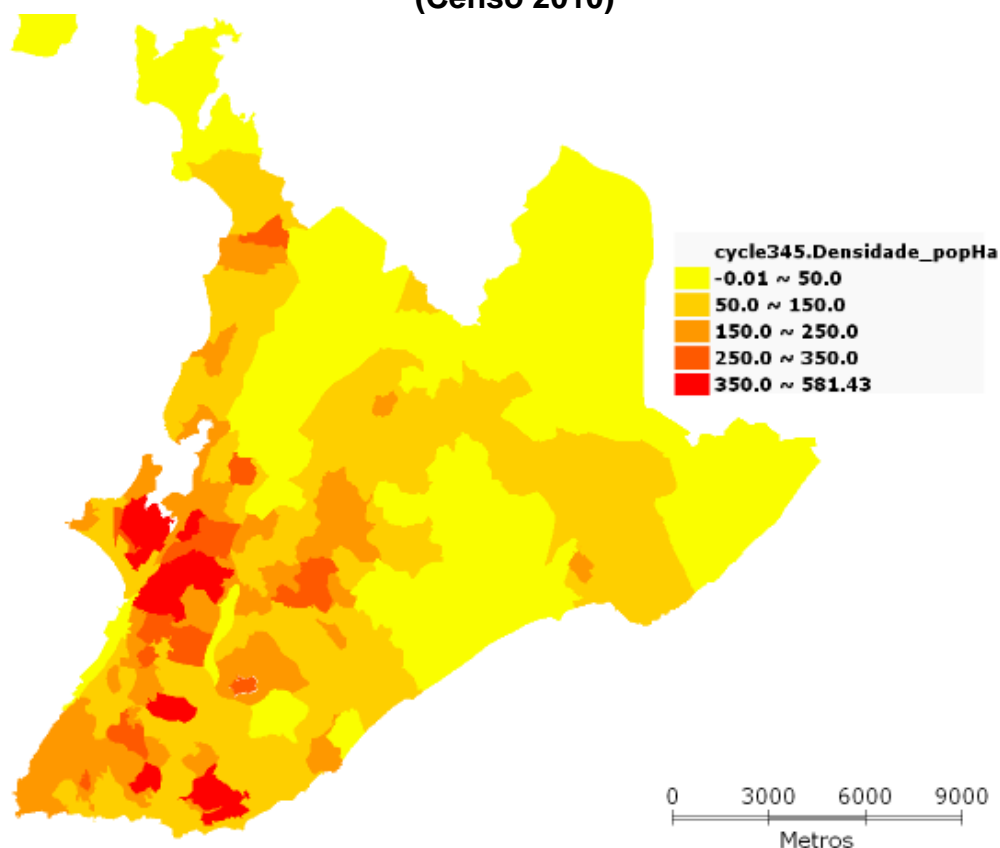
Fonte: SICAR. Elaborado por Marcus Figueiredo.

A cidade de Salvador é a capital do estado da Bahia, sua população, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, é de 2.675.656 habitantes, sendo, a quarta cidade mais populosa do Brasil. Apresenta conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil uma densidade demográfica¹ de 8368,05 hab/km.

¹ Dimensiona a proporção da população em termos de ocupação em relação ao território. Assim como qualquer outro dado estatístico, ela possui as suas limitações, e a principal delas é a generalização, uma vez que a população não costuma distribuir-se de forma homogênea.

A distribuição populacional na cidade de Salvador (Figura 2) demonstra uma cidade “repartida”, onde quanto mais claro, maior a dispersão populacional e quanto mais escuro, maior sua concentração.

Figura 2: Mapa de densidade por bairro em Hab/Ha da cidade de Salvador/BA (Censo 2010)



Fonte: Rede de Profissionais Solidários Pela Cidadania, 2011.

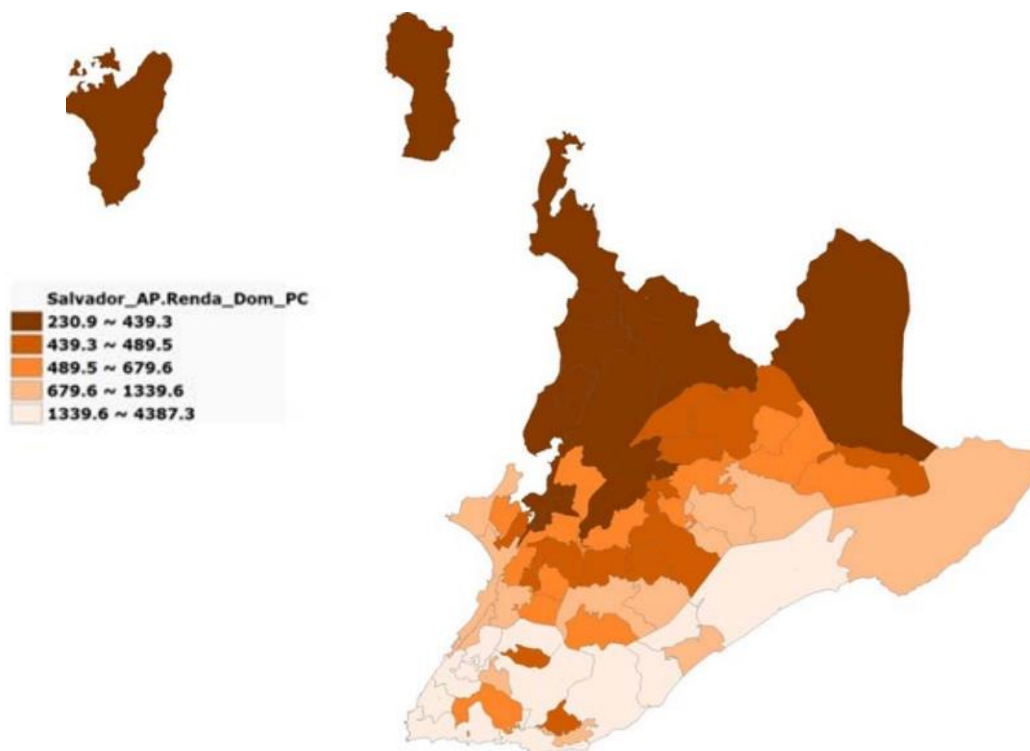
Em 2010, o IDHM de Salvador foi de 0,759, situando-se na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município foi Longevidade, com índice de 0,835, seguida de Renda, com índice de 0,772, e de Educação, com índice de 0,679. No entanto, a desigualdade de renda, calculada pelo índice de Gini² equivale a 0,63.

Apesar de apresentar um índice de renda alto, a sua distribuição é bastante desigual na cidade de Salvador, o mapa (Figura 3) mostra claramente que a renda domiciliar per capita diminui à medida que se aproxima do Centro Antigo (anexo B) e

² Indicador que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Onde o valor 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, que uma só pessoa detém toda a renda do lugar

da Orla Atlântica para o norte da cidade. O norte e nordeste caracterizam-se por concentrar famílias pobres e vulneráveis. Os domicílios da classe média são mais predominantes no centro-oeste e centro-sul e os domicílios ricos estão localizados no centro-leste e região sul da cidade.

Figura 3: Mapa de distribuição da renda domiciliar per capita, por área de ponderação, na cidade de Salvador/BA (censo de 2010)

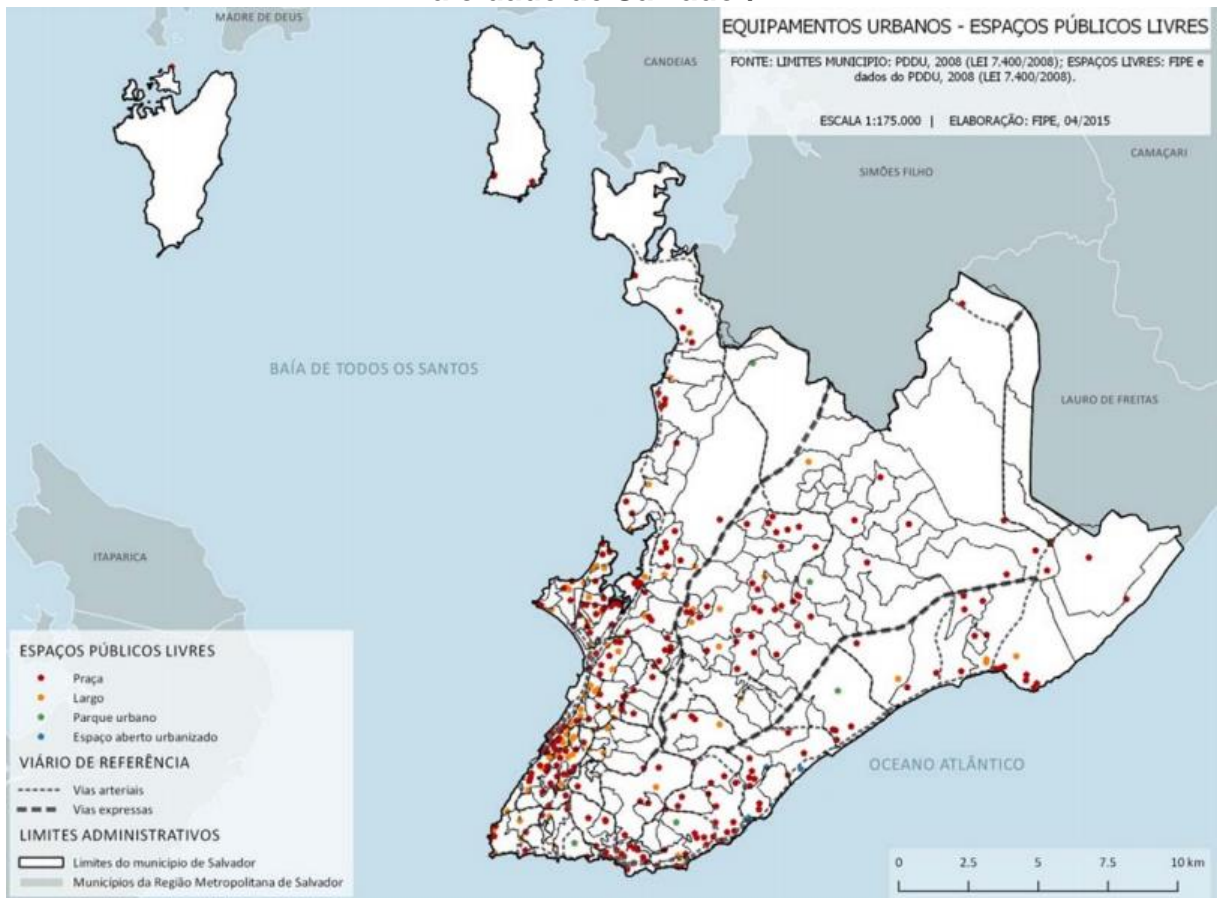


Fonte: Plano Salvador 500 Relatório De Caracterização Atual, 2016.

A orla atlântica configura os melhores indicadores de renda e qualidade de vida, pelo acúmulo histórico de investimentos, configurando neste setor, a cidade moderna e dinâmica. Por outro lado, o subúrbio ferroviário e o miolo apresentam os piores indicadores ambientais e socioeconômicos, assim como, carência de empregos, serviços e lazer próximos. (DELGADO, 2011,n.p)

No que refere-se aos espaços públicos livres, em especial as praças, a cidade de Salvador é mal distribuída, sendo possível vislumbrar (Figura 4) uma continuidade significativa desses espaços livres na Cidade Baixa. O Miolo, o Subúrbio Ferroviário e a Orla Atlântica apresentam baixa incidência frente às suas extensões territoriais (anexo A).

Figura 4: Mapa de distribuição dos espaços públicos livres na cidade de Salvador/BA



Fonte: Plano Salvador 500 Relatório De Caracterização Atual, 2016.

Nas áreas mais carentes e sem infraestrutura de Salvador – Miolo e o subúrbio – existem poucos espaços públicos livres e, quando existe, estão em sua maioria degradadas. A escassez de praças traz muitos prejuízos para a população da cidade, principalmente para a população baixa renda que não dispõe de lugares para recreação, lazer e convívio social. Vale ressaltar que a carência de espaços de lazer na cidade não é mais grave por causa das praias, que ainda é um lazer barato disponível para a população.

Articulando os aspectos densidade, renda e oferta de equipamentos verifica-se que a Orla (localidade que compreende as AISP – Rio Vermelho, Boca do Rio, Itapuã, Barra e Pituba) detém dos melhores indicadores de renda, apresenta uma densidade demográfica alta, porém predominantemente verticalizada, e uma boa distribuição de equipamentos de lazer.

O Miolo (área que abrange as AISP – Pau da Lima, Tancredo Neves e Cajazeiras) é caracterizado por apresentar uma população de baixa renda, com densidade populacional alta e pouca oferta de equipamentos de lazer, uma população socialmente desprivilegiada.

O Centro Antigo e a Cidade baixa (localidades que abarcam as AISP – Barris e Bonfim) apresentam uma população de classe média/baixa, são áreas onde o uso comercial é uma característica marcante e ao mesmo tempo concentra muitos equipamentos de lazer.

2.2 Uso do solo e ocorrência de crimes em Salvador/BA

A violência e, conseqüentemente, a vulnerabilidade estiveram presentes dentre os motivos de construção da maioria dos primeiros muros, principalmente, a partir do início do século XXI, quando as construções se intensificaram.

Segundo Beato (1998) a explicação mais significativa para o crime não é a pobreza, mas a riqueza. Ambientes mais prósperos são sinônimos de oportunidades para ação criminosa, uma vez que fornecem mais alvos viáveis e compensadores, além de enfraquecerem mecanismos tradicionais de controle social e vigilância.

Na década de 80 a Bahia tinha um sistema de segurança fragilizado, a escalada do crime nesse final de década foi uma das mais violentas. A localidade do Centro da cidade, constituído das áreas Pelourinho, Piedade e Campo Grande, concentrava os maiores números de crimes contra o patrimônio – assalto, furto simples e furto de veículos. Uma realidade tida para muitos, principalmente para classe média/alta, como assustadora. Perante este cenário de criminalidade, uma série de transformações foram impulsionadas na cidade, a exemplo, a reforma na Praça da Piedade e da Praça do Campo Grande.

Atualmente na Bahia as maiores taxas de homicídios estão localizadas na capital, Salvador, que tem se tornado uma cidade cada vez mais violenta.

Para fins administrativos a Secretaria de Segurança Pública divide a cidade de Salvador em três Regiões Integrada de Segurança Pública – RISP e subdivide em treze Área Integrada de Segurança Pública – AISP.

As ocorrências por unidade policial na cidade, em 2018, estão mais concentradas na Região Integrada de Segurança Pública Baía de Todos os Santos, que por sua vez não é a que apresenta maior contingente policial.

**Figura 5: Principais delitos – capital
(Período: 01/01/2018 à 31/12/2018)**

Área Integrada de Segurança Pública - AISP	Homicídio Doloso	Lesão Corporal Seguida de Morte	Roubo com Resultado Morte - (Latrocínio)	Tentativa de Homicídio	Estupro	Roubo a Ônibus (Urbano e em Rodovia)	Roubo de Veículo	Furto de Veículo	Uso/Porte Substância Entorpecente (Usuários)
AISP 06 - Brotas	44	1	2	17	20	145	340	114	79
AISP 07 - Rio Vermelho	18	0	1	10	14	84	180	67	160
AISP 09 - Boca do Rio	31	1	0	17	15	81	487	71	100
AISP 12 - Itapuã	120	0	4	15	37	164	636	184	81
AISP 14 - Barra	3	0	0	9	4	22	46	16	62
AISP 15 - Nordeste	27	0	0	6	6	21	15	6	52
AISP 16 - Pituba	4	1	0	7	5	130	247	57	103
RISP ATLÂNTICO	247	3	7	81	101	647	1.951	515	637
AISP 01 - Barris	28	1	1	14	17	104	184	71	268
AISP 02 - Liberdade	100	1	0	33	17	61	483	94	42
AISP 03 - Bonfim	82	0	1	48	21	199	294	192	101
AISP 04 - São Caetano	124	1	1	13	33	251	499	77	62
AISP 05 - Periperi	188	1	4	58	62	274	372	87	63
AISP 08 - CIA	41	0	2	14	5	37	107	11	132
RISP BTS	563	4	9	180	155	926	1.939	532	668
AISP 10 - Pau da Lima	108	1	0	20	39	78	453	135	31
AISP 11 - Tancredo Neves	137	2	0	22	39	280	673	174	134
AISP 13 - Cajazeiras	67	1	0	20	18	102	370	45	41
RISP CENTRAL	312	4	0	62	96	460	1.496	354	206
TOTAL DA CAPITAL	1.122	11	16	323	352	2.033	5.386	1.401	1.511

Fonte: Secretaria de Segurança Pública, 2018.

As diferenças socioeconômicas que marcam Salvador influenciam na frequência, na distribuição e na tipologia da violência. Nos locais onde a população têm baixa renda (mais centradas nas RISP BST e CENTRAL), registra-se maior número de ocorrências de violência contra a pessoa, sendo maior o número de homicídios dolosos.

No entanto, o que tange a violência contra o patrimônio, a diferença de ocorrência entre as RISP não é tão significativa, já entre as áreas de integração destaca-se a de Tancredo Neves (alocada na RISP central) seguida de Itapuã (situada na RISP atlântico).

Pode-se afirmar que nos crimes contra o patrimônio as maiores incidências do fenômeno estão presentes em localidades de renda pujante, já as taxas mais elevadas de crimes contra a pessoa são recorrentes em localidades menos abastadas.

Para Espinheira (2007), em Salvador, os principais centros de violência estão concentrados nos bairros populares, tendendo a amenizar nos bairros mais favorecidos. No entanto, apesar dos locais de média e alta renda, como Pituba e

Barra apresentarem índices de violência menores em relação à cidade, estas vêm sofrendo com práticas criminosas - roubos, assaltos e sequestros.

Os bairros com população de baixa renda e com alta densidade demográfica, detêm de menos efetivo policial, comparados à população com maior poder aquisitivo. O Jornal Correio relata isso:

A Barra tem mais policial por habitante do que o Subúrbio. Mas deixe de ter um policial na Barra para ver quais são os efeitos negativos com relação à imagem da cidade, a imagem do Estado, a imagem de um setor que traz dividendos ao estado, que é o turismo.

Tire um policial da Pituba, que tem uma extensa área na Manoel Dias da Silva, que é área bancária. Aconteceu um assalto a banco no meio da Pituba. Qual a repercussão disso aí? Não estamos lidando apenas com critérios objetivos. (TORRES; RODRIGUES, 2012, on-line)

Versando o aspecto desenvolvimento humano e violência nota-se uma correlação mais significativa entre os crimes violentos contra o patrimônio e o IDHM. Tal relação é explicada pelas relações que esta categoria de crime guarda com contextos espaciais marcados por elevados indicadores de desenvolvimento. Estes ambientes são caracterizados pela coexistência de diversos fatores que contribuem para o fortalecimento dessa relação, tais como melhores condições econômicas, grandes concentrações populacionais e enfraquecimento dos mecanismos de controle social, garantindo assim mais oportunidades ao ato criminoso.

Diante da relação infraestrutura, distribuição de equipamentos de lazer e criminalidade os profundos contrastes entre condições urbanas, mais do que expressar diferenças econômicas e sociais, impactam na forma e no funcionamento das cidades. Para Rolnik (1999), a exclusão territorial produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a empregos, a oportunidades educacionais e culturais, que estão concentrados em enclaves pequenos e protegidos dentro das cidades. Estes contrastes contribuem para o incremento das taxas de criminalidade.

CAPÍTULO 3: O CASO DAS PRAÇAS

A praça como espaço público constitui, desde os seus primórdios, num referencial urbano marcado pela convivência humana, apresentando-se como um importante equipamento histórico e cultural urbano que expressa o surgimento e o desenvolvimento de inúmeras cidades, inclusive no Brasil (GOMES, 2007).

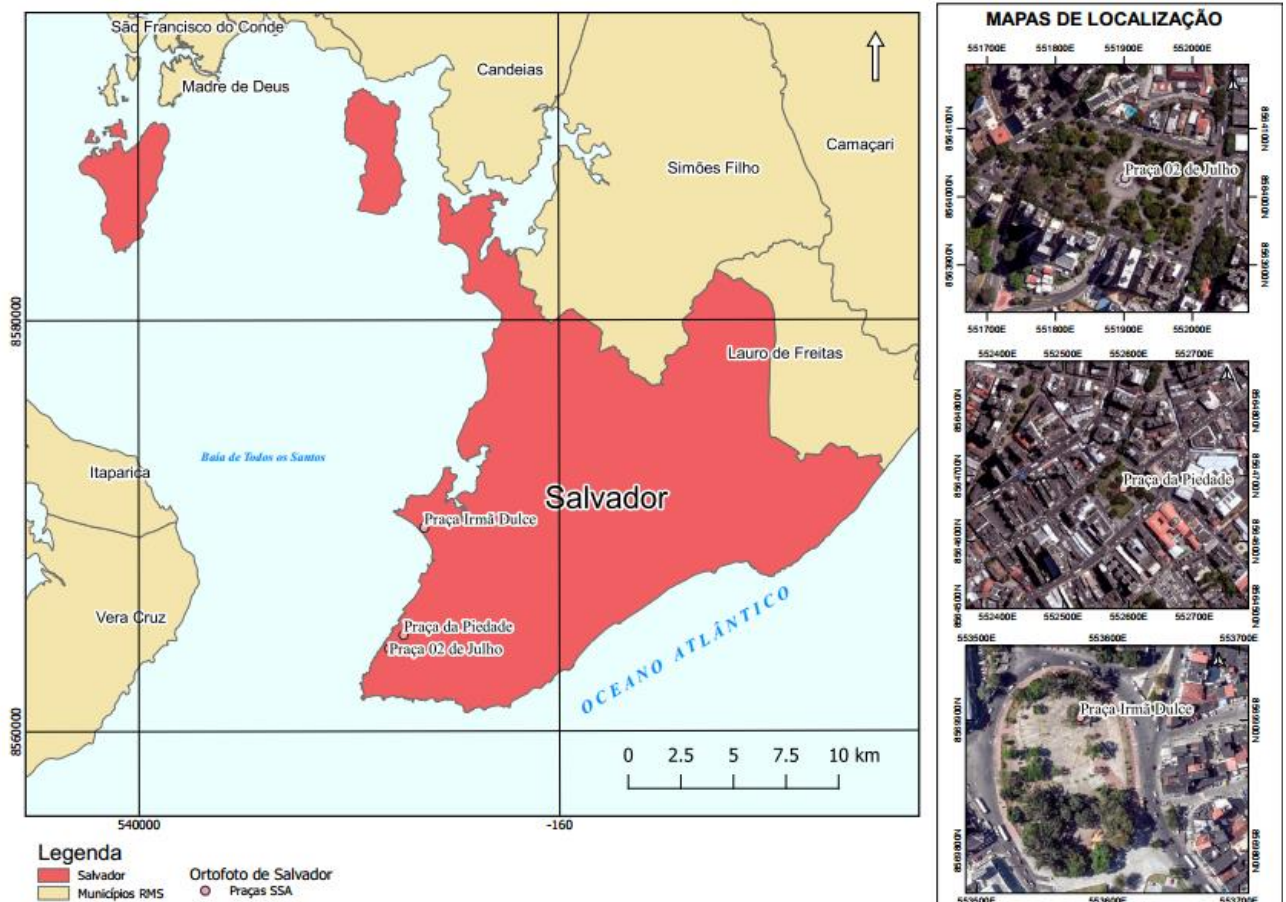
Este trabalho se esboça na Praça Dois de Julho (localizada no Campo

Grande), na Praça da Piedade (localizada no Centro Histórico) e na Praça Irmã Dulce (localizada no Largo de Roma). São Praças que estão em áreas, que segundo a Secretaria de segurança Pública, como já relato, com ampla incidência de crimes contra o patrimônio e grande contingente de pessoas em situação de rua.

A presença de moradores de rua e pedintes nos espaços públicos de Salvador é constante, principalmente, nas praças públicas, que são utilizadas como se fosse uma casa. A distribuição dessa população em situação de rua na cidade de Salvador segundo Nadja Miranda:

Estão concentrados no Centro da cidade, onde historicamente há uma maior intensidade dos serviços de assistência voltados ao atendimento desta população. Pode-se inferir que o Centro atrai a população de rua tanto pelo conjunto de fatores que este proporciona, quanto porque pela existência de espaços públicos como espaços de reprodução da vida. (MIRANDA, 2016, p.82-83).

Figura 6: Mapa de Localização das Praças: 2 de Julho, Piedade e Irmã Dulce



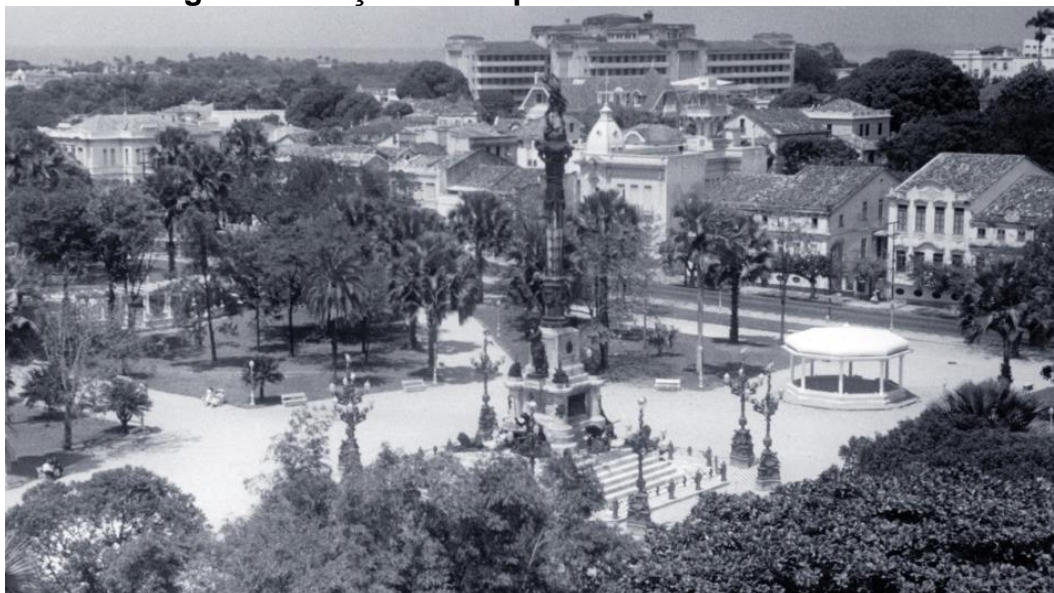
Fonte: SICAR. Elaborado por Marcos Figueiredo

3.1 Praça Dois de Julho

Localizado no vetor de crescimento sul da cidade, durante a segunda metade do século XIX a área passa por processo de aterros e nivelamento. Passando de largo arborizado de topografia acidentada ganha conotação de praça exuberante no ano 1985, com desenho baseado na postura iluminista francesa afirma a ideia de lugar de encontro e do lazer bucólico.

Apresentava no entorno os palacetes qual era moradia das famílias mais tradicionais da sociedade baiana. Aos poucos, a Praça teve seu entorno modificado, antigas residências substituído, com a e construções do Hotel da Bahia, em 1949, e do Teatro Castro Alves, em 1957.

Figura 7: Praça do Campo Grande no ano de 1950

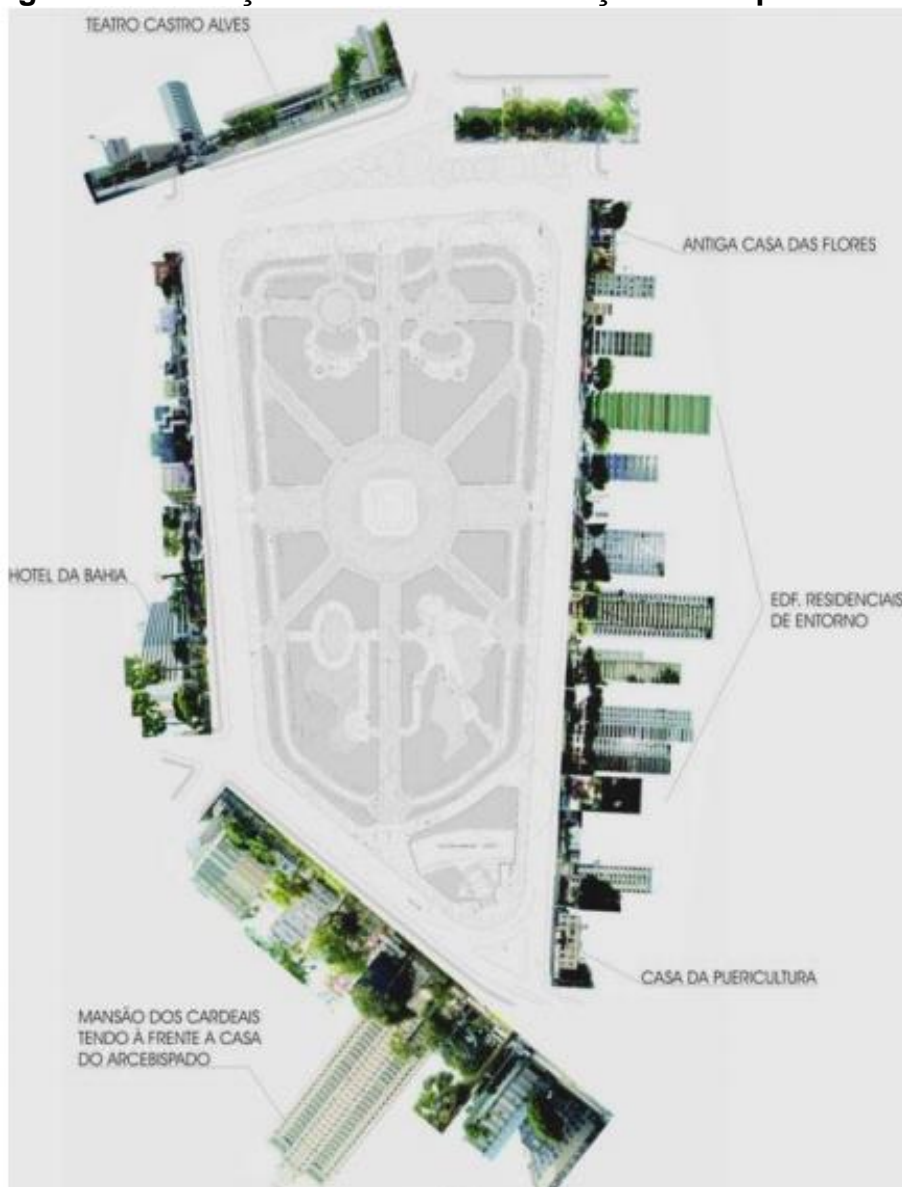


Fonte: Guia Geográfico Salvador Antigo, 1950.

Na década de 1970, a especulação imobiliária ganha força na cidade, demolindo grande quantidade de casarões até então característicos nesta área. A partir desse período, os demais exemplares arquitetônicos são pouco a pouco substituídos, com a inclusão de usos diversificados, em gabaritos elevados, modificando a relação da praça com o seu entorno³.

³ Os edifícios do entorno, predominantemente residenciais, apresentam-se de acordo com as imposições do mercado imobiliário, em prismas de grande altura e fachadas com marcações verticais. Com o processo de especulação foram sistematicamente substituindo os antigos casarões pelos atuais e grandes edifícios residenciais e comerciais, em um processo que chega trazendo

Figura 8: Edificações no entorno da Praça do Campo Grande



Fonte: ARAÚJO, 2006.

Atualmente, os edifícios próximos a Praça estabelecem pouca relação com a mesma, sendo unidades quase totalmente voltadas para o seu interior caracterizadas por certa autonomia, principalmente quando se referem às denominadas “mansões” – edifícios impessoais que poderiam ser implantados em qualquer outra área da cidade: de frente para a borda marítima, ou para uma praça especial como é o caso, ou mesmo em áreas sem qualquer atrativo paisagístico.

A vegetação abundante na praça atrai pela beleza e pelos benefícios que proporcionam. A abundante vegetação melhora a qualidade ambiental urbana, uma conflitos para a infraestrutura local – a exemplo o alto fluxo de veículos.

vez que a grande quantidade de árvores atua como um descanso visual na paisagem urbana, contribui para a melhoria da ventilação e aeração da área ao redor, diminui a poluição atmosférica e a dispersão de poluentes. A absorção dos sons pelas copas das árvores contribui para reduzir os ruídos, contribui também para melhorar o micro clima local, tornando o ambiente menos quente, pois as copas das árvores impedem a incidência direta do sol.

Figura 9: Praça do Campo Grande enfatizando a vegetação



Fonte: Guia Geográfico Salvador Antigo, 2010.

Constata-se que a Praça do Campo Grande exerce as funções: ambiental, de atividade física, de convívio social, de lazer, cultural e histórica. Os usuários que frequentam a praça diariamente são, em sua maioria, moradores de bairros próximos que utilizam a praça principalmente para fazer caminhadas.

Verifica-se que a praça possui na sua composição vários fatores atrativos, a própria grandiosidade do espaço é atrativa. Os elementos físicos como os pergolados, as fontes luminosas, o monumento, o lago, o parque, e o fator que desperta mais atração, o verde.

A praça é caracterizada pela diversidade de público que utiliza o espaço. Os usuários que frequentam a praça, na sua maioria, são moradores das proximidades e pessoas de outros lugares que estão de passagem. Já os usuários que frequentam a praça nos finais de semana, são em sua maioria, de bairros distantes.

A alta frequência de pessoas vindas de localidades periféricas, além dos atrativos que a praça possui, é explicada pela falta de espaços de lazer nesses bairros, pela localização central da praça e pela acessibilidade, facilitada pela grande quantidade de linhas de ônibus que circula no local.

Em amplas dimensões a Praça do Campo Grande constrói a sua identidade pelo seu traçado, pelo monumento cívico comemorativo, pela farta vegetação existente e pela posição que assume perante a cidade, como praça central, envolvida por área residencial e mista, direcionada às classes socioeconômicas de média a alta. É um local simbólico de representação e cenário das grandes atos populares e reivindicatórios.

A Praça do Campo Grande é a maior em extensão da capital baiana. Seus 36.200 metros quadrados guardam muita história. Primeiramente chamada de Campo de São Pedro, o local foi palco de importantes combates que antecederam as lutas pela Independência da Bahia. No final do século XIX, a praça recebeu a configuração que hoje ostenta. O monumento ao Dois de Julho, inaugurado em 1895, tem no topo a escultura de um caboclo, que, armado com arco e flecha, representa a identidade do povo brasileira que lutou pela independência. (ESTÚDIO CORREIO, 2018, on-line).

No entanto, apesar do uso continuado pelos moradores e seus frequentadores usuais, nas décadas de oitenta e noventa do séc. XX, a Praça passou por um período de decadência – abrigando meninos de rua, mendigos, sendo ponto de prostituição, principalmente à noite.

Em 2001, com início das obras de intervenção, a comunidade local propôs e pressionou para que o projeto contemplasse algumas medidas no intuito de promover a segurança do local. Foi sugerido que as grades retornassem à configuração da praça, como existiu na inauguração de 1895, para que se pudesse evitar o vandalismo e a circulação de personagens não muito bem visto.

Nesta perspectiva, formou-se a Associação dos Moradores e Amigos do Campo Grande, Canela e Vitória – ASCAVI – que, além de solicitar a colocação de grades com portões, assim como já havia sido instalado na Praça da Piedade (1998), e guardas que pudessem assegurar a boa utilização do espaço evitando que este viesse a ser degradado, também fez parte dos itens de pedidos a implantação de pavimentação adequada, sanitários públicos, manutenção da vegetação, pista de cooper e melhorias do mobiliário. (SORIANO, 2006, p.22).

A colocação de grades de ferro com portões, que são fechados no período da noite, justificou-se como medida, acima de tudo, de proteção e controle do uso do espaço público. Além do fator segurança, a conservação dos jardins da praça

também entrou na justificativa para a instalação do gradil, uma vez que o acesso aberto, feito anteriormente por todo o perímetro do espaço, acarretava na sua má utilização devido ao trânsito de pessoas por sobre a vegetação, cujo objetivo era encurtar o caminho.

Figura 10: Praça 2 de Julho após intervenção de 2001



Fonte: TripAdvisor, 2016.

Figura 11: Foto do gradil da Praça 2 de Julho



Fonte: SORIANO, 2006.

As grades de fechamento da Praça são retomadas em nome da preservação da estrutura implantada na praça e sua proteção contra o vandalismo que impera em Salvador. Ou seja, o espaço é público, mas se apresenta com acesso reduzido e controlado por portões que se articulam com as circulações internas. O controle é realizado pelo pessoal que detém a função de administrador da praça que visa controlar e garantir o “bom” uso do espaço público. Independente do tipo de desenho da grade, o ponto aqui apresentado leva à reflexão sobre quais são os reais motivos que levam ao cercamento e proteção em determinados espaços públicos da cidade, enquanto outros com estrutura equivalente se colocam totalmente abertos ao público, a qualquer hora do dia e da noite.

O fato da inserção do elemento da grade ultrapassa, em alguns momentos, a questão de uma barreira física contra vândalos ou ações de marginais, em algumas situações essa vigilância fere o direito de alguns cidadãos usufruírem a praça pública. O controle através de guardas e da grade impossibilita, por exemplo, que moradores de rua utilizem os bancos da praça pública para dormir durante a noite.

A Praça do Campo Grande foi se adaptando aos costumes e necessidades de seus usuários como passear, festejar, trabalhar, vender, praticar esporte, brincar, encontrar amigos, namorar, ficar perto da natureza, buscar um pouco de liberdade ou simplesmente passagem.

Figura 12: Utilização da Praça Campo Grande pelo público infantil



Fonte: SORIANO, 2006.

Figura 13: Parque infantil na Praça do Campo Grande



Fonte: SORIANO, 2006.

Vale salientar que após a reforma, realizada em 2001, a Praça passou a contar com um espaço dedicado exclusivamente para o público infantil o que acarretou na maciça presença das crianças que são grandes e importantes consumidores do espaço que, por sua vez, obrigam aos pais também o frequentarem, além de fortalecer o comércio informal. A assiduidade de crianças em espaços públicos traz vivência para a localidade, talvez seja esse o grande diferencial desta praça diante das outras, Piedade e Irmã Dulce.

Várias são as atividades festivas e culturais que movimentam a praça. São as feiras, apresentações de teatro, Carnaval, Sete de Setembro, festa ao Dois de Julho. A praça é ponto de encontro de sindicatos de trabalhadores, de partidos políticos, de estudantes que se organizam para sair em passeatas em direção a Praça da Sé. As festividades mais significativas que acontecem na Praça são o Carnaval, Sete de setembro e o Dois de Julho. A mais simbólica, que acontece dentro da praça e que remete às festas cívicas do passado é a comemoração ao Dois de julho. “A chegada do Caboclo ao Campo Grande é o ponto alto da festa: pessoas de diversas partes da cidade e muitos políticos se reúnem junto do monumento para acender a pira e comemorar a independência da Bahia” (SOUZA, 2009, p.130).

É notável a aceitação com que esta última reforma foi recebida, a intervenção fortaleceu a apropriação da praça pelo usuário morador das redondezas, tanto pelo atendimento de suas reivindicações como o exemplo da construção do gradil, como também pelo fato de afastar elementos inibidores ao uso, com o aumento da segurança traduzida pela presença de policiais.

Porém, ao contrário do que possa parecer, o que se constata na Praça do Campo Grande é uma rica utilização feita por cidadãos de diferentes classes sociais, que se dirigem até ali para exercer várias atividades. Ao se passear pelo local em um dia de domingo, por exemplo, percebe-se a presença de crianças trazidas por seus pais de bairros da periferia, brincando no parque infantil; a comercialização de lanches em carrinhos de cachorro quente e pipoca; como também, a utilização do espaço por cidadãos dos arredores do logradouro, como Corredor da Vitória, Graça e Canela, integrantes de uma classe mais privilegiada, realizando a sua atividade física diária. (SORIANO, 2006, p.33).

Neste contexto, diferentemente da Praça da Piedade e da Praça Irmã Dulce – Onde a intervenção só contemplou a estética, mas, a interação social e a convivência não foram fortalecidas – a Praça 2 de Julho configurou-se como um importante espaço de sociabilidade da cidade.

3.2 Praça da Piedade

A Praça da Piedade foi uma das primeiras a serem ocupadas na ampliação dos limites da cidade no final de 1679. Religiosos da Ordem de São Francisco receberam, por doação, um terreno à época fora dos limites da Cidade.

Com o desenvolvimento de uma política nacional de melhorias para as áreas centrais das grandes cidades fez surgir no período da nova república diversas obras urbanas, como: correção e alargamento de vias, implantação de áreas verdes, construção de praças, dentre outras, cujo objetivo maior era obter benefícios nas questões de salubridade e produção de uma estética urbana. Nesse contexto surge a Praça da Piedade. (ARAÚJO, 2006, p.216).

Área que nas suas origens ganha identidade de residencial, com presença de equipamento religioso, assumiu no principio a função de lugar da punição.

O espaço da Piedade, nesse período apenas largo e local onde se instalaram os capuchinhos desde finais do século XVII, é espaço fruto do desmonte de um morro para nivelamento com o entorno. A organização preliminar da praça tem início nos anos 1784/89. Comentada por Vilhena (1969), em notícia de 1780 e quanto a seus relatos sobre a Salvador de 1800, é considerada como a praça mais espaçosa da Bahia, articulada por várias ruas, mesmo sem ter o seu perímetro ocupado ou bem delineado. O uso que predomina nesse espaço é das forças de defesa militar do exército português. Consolidando-se como área de punição, recebeu na sua área central piedade e forca para punição dos traidores dos interesses do reino. (ARAÚJO, 2006, p.80).

Figura 14: Largo da Piedade final do século XVIII



Fonte: ARAÚJO, 2006.

A Piedade é inaugurada como praça em 1891, no seu traçado original era cercada por grades ornamentais e portões – com desenho organizado por eixos ortogonais cruzados no centro, onde se localiza o chafariz, e que definem quatro grandes canteiros contornados nas extremidades por árvores de porte médio.

Inserida na maior centralidade de Salvador, era habitado por uma população composta por parte da elite intelectual e econômica de Salvador. Mas, com a expansão de Salvador rumo ao vetor norte e a abertura do Shopping da Bahia, antigos centros de comércio da classe alta, a exemplo Rua Chile e a Avenida Sete, entraram em processo de abandono e degradação.

Com a mudança do centro financeiro e administrativo, a Praça sofre alteração radical na sua população, passando a ser frequentada por uma população de classe média e média/baixa. A saída da classe economicamente favorecida e o desinteresse do mercado imobiliário no entorno da praça impactou diretamente no estado e na utilização da praça.

Localizada no centro antigo da cidade, a Praça da Piedade é um local que serve como ponto de referência, principalmente pelos prédios históricos do seu entorno. Abriga edifícios de grande importância para a cidade, ainda preservados, em contraste com as alterações a que foi submetida à Avenida Sete de Setembro para uma adaptação de uso, hoje predominantemente comercial. Têm destaque a Igreja e o Convento de N. S. da Piedade (construções do século XVIII), o antigo Senado, do final do século XIX (restando apenas uma das suas alas), o Gabinete Português de Leitura (1918), a Igreja de São Pedro (1920), a Secretaria de Segurança Pública (1939), a Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA – FCE (1960) e outros edifícios muito alterados pelos ajustes sofridos para uso comercial, destacando-se, no entorno, o edifício Aliança, situado na Avenida Sete de Setembro.

A Praça apresenta uso intenso durante o dia, caracterizado, principalmente, pelas atividades relacionadas à função de passagem e de prestação de serviços e de comércio, oferecidos no espaço. Porém, à noite, ao se fecharem os estabelecimentos comerciais, tornam-se vazias e pouco usadas, considerando que em localidade central é baixa a função habitacional.

Figura 15: Edificações no entorno da Praça da Piedade



Fonte: ARAÚJO, 2006.

Inicialmente de uso residencial a ocupação do entorno da Praça se altera e se transforma em comercial e serviços a partir de 1912 – a princípio sofre pequenas adaptações e posteriormente são substituídos por edifícios em grande parte de concepção modernista.

Na Praça observam-se usos comerciais, institucionais religiosos e serviços. Mantém relação direta com os edifícios institucionais pelas características e diálogo que estabelecem entre si, sofrendo perdas qualitativas pela verticalização e tipologias apresentadas na Av. Sete de Setembro. (ARAÚJO, 2006, p.302).

As casas residenciais deram lugar aos pontos comerciais, modificando a paisagem e o entorno da praça, descaracterizando, assim, a arquitetura original das casas. Em consequência, a ocupação da praça foi-se adequando ao entorno, fato comum na maioria de nossas cidades, onde os centros urbanos, que representavam o "coração das cidades", perderam sua vitalidade, pois, como relatado por Silva

(2006, p.146) “com a expansão da cidade, a classe burguesa começou a perder o interesse em habitá-los, iniciando-se o processo de 'esvaziamento' da função residencial da área central”.

Hoje, constitui-se em espaço caracterizado fortemente pelo comércio informal e pela circulação de pedestres, refletindo a característica do entorno, diferente de sua função inicial, de lazer e lugar da punição, reflexo da evolução que ocorreu na sociedade, o que corrobora com a assertiva de que as cidades e seus espaços estão em constante evolução.

Em 1928 um novo projeto de ajardinamento e arborização foi elaborado prevendo a retirada do gradil que circundava a Praça, preservando seu chafariz no centro e os quatros canteiros.

**Figura 16: Praça da Piedade após a reforma de 1928
ao fundo o prédio de Segurança Pública e o Convento da Piedade**



Fonte: Guia Geográfico Salvador Antigo, 1940.

No final da década de 90 passou por uma nova reforma, qual fazia parte de um programa que previa a uniformização do mobiliário urbano de Salvador, tendo como grande destaque o retorno do gradil, este realizado pelo artista plástico

Carybé⁴. Segundo Araújo (2006) a reforma inspirou-se nos valores que imperou, e ainda imperam, nos centros urbanos brasileiros – o isolamento e o fechamento dos espaços como forma de assegurar a sua manutenção e segurança.

Em prol da conservação do patrimônio público e da busca por maior sensação de segurança a Guarda Municipal é a responsável por patrulhar da Praça, a qual é fechada diariamente às 22h e aberta às 5h do dia seguinte. Além de contar com o apoio constante de agentes lotados em viaturas na realização das rondas preventivas, que por sua vez continuam realizando a atividade durante a noite, mesmo após o fechamento dos portões.

Figura 17: Praça da Piedade após a Reforma de 1998



Fonte: Farol News, início de século XX.

Historicamente é uma área que se consolidou acompanhada de incidências delituosas, os anos que antecederam tanto a reforma da Piedade, quanto a do Campo Grande, foi um período com alto crescimento populacional, marcado por um salto nas ocorrências de crimes do tipo assalto, furto de veículos e sequestro, que segundo Apolinário (2010) concentravam-se mais na área do Centro Antigo da cidade.

Todavia, apesar da reforma – qual pregou proporcionar maior segurança – é

⁴ Carybé foi um pintor, gravador, desenhista, ilustrador, ceramista, escultor, historiador e jornalista argentino, brasileiro naturalizado. As manifestações culturais locais, como o candomblé, a capoeira e o samba de roda, passaram a marcar a sua obra.

comum o receio e a desconfiança por parte das pessoas que trabalham ou transitam perto da praça, ou pela praça. Muitos preferem passar por fora da praça a cortar caminho por dentro dela, mesmo com o policiamento existente no local, como relata uma entrevistada do Jornal Tribuna:

Mesmo com os policiais, a praça está abandonada e as pessoas ficam com medo de passar por aqui. Eu, particularmente, nunca vi nenhuma abordagem, mas aí dentro tem pessoas que até usam drogas e não se intimidam com a presença dos agentes. Durante a manhã é o momento em que tem mais mendigos. Penso que deveriam fechar a praça à noite, assim como era feito antes”, disse uma pessoa que trabalha na região, mas preferiu o anonimato. “É triste ver uma praça com tanta história largada desse jeito. Acho que deveriam fazer algo semelhante ao que foi feito no Campo Grande, que fecha todos os dias à noite, além de fazer uma reforma geral. Eu fico com medo de passar por dentro para não ser abordada. Prefiro passar por fora e em grupo, se possível. (TRIBUNA DA BAHIA, 2018, on-line).

É importante enfatizar que embora consolidada em uma área central da cidade, a Praça da Piedade constitui-se como um espaço fartamente arborizado, cuja reforma encarregou de conservar a vegetação, favorecendo ambientes sombreados, melhorando a qualidade do ar e reduzindo a propagação do som.

Figura 18: Praça da Piedade enfatizando a vegetação existente



Fonte: ARAUJO, 2006.

Perante característica típica do uso predominante do entorno, a Praça no período noturno e aos finais de semana sofre muito com o abandono e

consecutivamente a sensação de insegurança aumenta. A Praça da Piedade constitui-se como o lugar da passagem e ocupada por pessoas em situação de rua (Figura 19).

É visível um número grande, principalmente, de mulheres com crianças, que ficam nas portas das igrejas próximas para pedir dinheiro, usam a fonte da praça para lavar roupa, para se refrescar e dar banho nos seus filhos. Essas pessoas estendem roupa no gradil e acumulam utensílios e caixas de papelão. Evidenciando que não se resolve problema social em local público, pessoas em situação de rua, somente com artefato de segurança, nesse caso as grades.

A Praça mantém intenso uso durante o dia, principalmente em horários comerciais, reduzindo bastante seu uso à noite e em finais de semana. É marcante a presença de idosos que habitualmente parecem reestabelecer suas relações sociais nesse espaço - a tradição aponta essa como uma praça de aposentados e de ambulantes, os quais, após a delimitação do espaço por grades, situam-se nas áreas externas expondo suas mercadorias. (ARAÚJO, 2006, p.226)

Figura 19: Pessoas em situação de rua na Praça da Piedade



Fonte: Tribuna da Bahia, 2018.

Fica a indagação: Porque após a colocação de grades, ambas instaladas na justificativa de diminuir a incidência de violência, na Praça do Campo Grande o lazer e a recreação foram intensificadas e na Praça da Piedade não, se as duas são geograficamente próximas? Primeiramente, porque apesar de próximas as Praças apresentam no seu entorno usos diferentes. Em segundo plano, observa-se que a

Praça do Campo Grande torna-se mais atrativa devido aos eventos culturais que são realizados com frequência, uma diferença pujante comparada a Praça da Piedade.

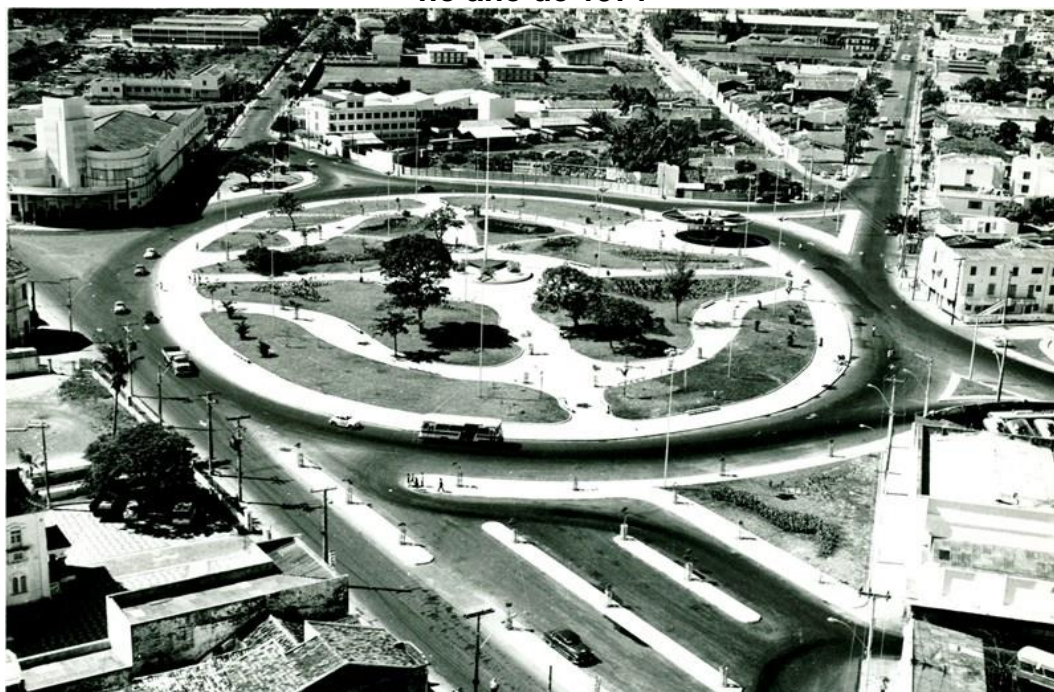
Mesmo depois das reformas ocorridas o problema da insegurança na Praça da Piedade é grande, sendo que, se colocar grades em praças resolvesse o problema da violência e trouxesse vitalidade e segurança para o local, a Piedade seria exemplo de convivência e harmonia, mas pelo contrário, acarreta sensação de está vulnerável a atos delituosos para grande parte dos transeuntes.

Contudo, esteticamente os gradis são belos mais socialmente só culmina a segregação e traz uma falsa sensação de segurança.

3.3 Praça Irmã Dulce

Embora tenha pouco acervo referente a esta praça, sabe-se que já foi chamado de Praça da Bandeira, depois de Largo de Roma e atualmente, em homenagem à religiosa e à ação que realizou junto à população carente, é nomeada Praça Irmã Dulce.

Figura 20: Praça da Bandeira (Atual Praça Irmã Dulce) no ano de 1971



Fonte: IBGE, 2016

O Largo de Roma era um centro de lazer em Itapagipe, onde circos e parques eram instalados e famílias de ciganos montavam acampamentos, é

o ponto de encontro de três principais vias da Península de Itapagipe: Caminho de Areia, Avenida Dendzeiros e Avenida Luís Tarquínio. Além dos prédios ocupados pelas Obras Sociais de Irmã Dulce, o Largo de Roma tem em seu entorno, o Hospital São Jorge, clínicas ortopédicas particulares, casarões em ruínas e um pequeno comércio a base de bebidas alcoólicas e de alimentos. (apud CONCEIÇÃO, 2015, p.39).

Inicialmente situada em uma área basicamente residencial, com residências de veraneio, depois o EPUCS define como uma área de indústrias, as quais não tiveram grande vulto e que não impactaram tanto, fora a questão ambiental, nas questões de uso e ocupação.

Com a intensificação do comércio voltada para uma população de baixo poder aquisitivo, a qual não foi acompanhada de investimentos significativos do poder público, logo não houve uma reconfiguração do espaço para receber esse comércio. A localidade passou por uma mudança na conformação socioeconômica, no princípio era predominante às casas de veraneio, mais com o tempo, nas imediações, teve o surgimento de áreas de baixa renda.

Atualmente a Praça tem sua redondeza predominantemente residencial, possuindo algumas edificações comerciais, educacionais e voltadas à saúde.

Sendo o entorno uma condicionante importante, vale a pena ressaltar que esta Praça fica ao lado das Obras Sociais Irmã Dulce, instituição de referência na assistência à população de baixa renda e que recebe pessoas de todo o estado, e em frente ao Hospital da Mulher, especializado no atendimento à saúde da mulher. Diante da decadência do sistema de saúde, onde a população carente precisa pernoitar na fila na chance de receber atendimento, a Praça da Irmã Dulce serve de suporte de permanência, uma extensão do hospital que se expressa como um ponto de espera por muitos.

Na última obra de requalificação, realizada no ano de 2014, foram realizadas no local: Ações de paisagismo, pavimentação, iluminação, mais o grande destaque da obra deu-se para a instalação do gradil e do Monumento Irmã Dulce⁵ além da criação de um estacionamento.

⁵ Produzido pelo soteropolitano Bel Borba um artista plástico famoso por suas intervenções públicas na cidade baiana com a técnica do painel em mosaico

Figura 21: Praça Irmã Dulce antes da reforma de 2014



Fonte: Foursquare, 2012

Figura 22: Praça Irmã Dulce Após reforma de 2014



Fonte: Jornal Grande Bahia, 2014.

No entanto, apesar de todo investimento do poder público, a praça ficou subutilizada.

Inaugurada em 2014, a Praça Irmã Dulce está tomada pelo mato e pelo lixo. Por todos os lados, é possível encontrar roupas velhas, embalagens plásticas e até móveis quebrados. Equipamentos com frases de Irmã Dulce foram instalados na praça, na época da inauguração, mas muitos foram destruídos por vândalos. Além disso, moradores de rua improvisaram barracos em diversos pontos do local. (G1 BAHIA, 2018, on-line).

A Praça Irmã Dulce está longe de ser um ambiente de integração e convivência para a população do seu entorno, enfrentando problemas sérios de segurança e abandono. O problema visualizado da insegurança neste espaço público, a qual é comum em muitas outras praças, porém as localizada em área a qual os moradores possuem poder aquisitivo maior detêm de mais vigilância, e conseqüentemente menor índice de insegurança, quando relacionadas a espaços ocupados pela população mais pobre.

A renúncia ao espaço público fica caracterizada por uma série de procedimentos diferentes: nas camadas mais altas de renda, pelo desenvolvimento privado de atividades culturais e de lazer; nas de mais baixo poder aquisitivo pela impossibilidade de participar de atividades públicas ou culturais, seja pelo temor de sair de casa – pois não há garantia de segurança – seja por sua marginalização do processo de desenvolvimento cultural; a atuação do poder público agrava essa situação pelos procedimentos intimidatórios – dos espaços públicos de uso coletivo, visando atender as alegações de caráter essencialmente discriminatórias: falta de segurança gerada pela permanência, nas praças, parque e jardins por “desocupados” ou “suspeitos”, falta de condições intelectuais para a participação em atividades culturais. A cidade responde a essa rejeição fragmentada e desorganizada: espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos abandonados e deteriorado. (GONÇALVES, 2002, p.15)

Figura 23: Guarda Municipal fazendo a proteção da Praça irmã Dulce



Fonte: GABRIEL LIMA, 2015.

Notasse (Figura 21) que mesmo diante da presença da guarda municipal a Praça encontra-se vazia. Em virtude do seu entorno, com residências, instituições de ensino médio e técnico e igrejas, a Praça Irmã Dulce era para apresentar maior uso, o lugar do encontro e do lazer.

Quando as pessoas não se sentem seguras em ocupar o espaço público, como é o caso desta praça, a localidade se torna mais perigosa e monótona. Para Santos (2018) a insegurança nas cidades pode ser observada pelo fato de não colocarem mais suas cadeiras nas calçadas para uma conversa com vizinhos no final de tarde.

Hoje, muitos moradores do entorno consideram a Praça Irmã Dulce insegura e se “enclausuram” em suas residências. A periculosidade acaba promovendo, cada dia mais, o distanciamento entre as pessoas.

Se as pessoas não estão mais nas praças e nas ruas, teremos menos vigilância natural no bairro. Ou seja, aqueles que estiverem predispostos ao crime, à violência e à desordem poderão agir, agora, com muita tranquilidade, porque não precisam mais se preocupar com eventuais testemunhas. Assim, se a praça – antes frequentada pelas famílias, pelos namorados e pelas crianças – está agora vazia, ela poderá ser um lugar ideal para o tráfico de drogas e, assim, sucessivamente. (SENASP, 2005, p.14)

A baixa utilização da Praça Irmã Dulce para o lazer decorrente da violência gera um empobrecimento quanto ao seu uso. Afirmando a ideia de que “espaços públicos vão sendo, por causa do medo, ou “abandono” (a frequência com que são visitados diminui drasticamente) ou, então, “cercados” e “monitorado”, o que tampouco favorece uma vida pública livre, densa e espontânea.” (SOUZA, 2014, p.84).

Para Jacobs (2000, p.36), “é inútil tentar esquivar-se da questão da insegurança urbana tentando tornar mais seguros outros elementos da localidade, como pátios internos ou áreas de recreação cercadas”. A produção desses elementos de segregação faz com que as pessoas se sintam ainda mais inseguras e utilizem menos as ruas.

Antes da reforma de 2014, o Largo de Roma, contava com instituições de apoio de caráter social, como: a Fundação Cidade 40 Mãe, o conselho Tutelar, o Albergue Municipal e o CREAS POP, localizados em prédios tombados e que foram demolidos para a construção de um estacionamento.

Figura 24: Complexo onde abarcava a Fundação Cidade Mãe, Conselho Tutelar, Albergue Municipal e CREAS POP



Fonte: CONCEIÇÃO, 2014.

Figura 25: Complexo demolido dando forma ao estacionamento



Fonte: CONCEIÇÃO, 2015.

Destruiu-se um aparato institucional que tinha como propósito cuidar de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da cidade baixa e que abrigava pessoas que estavam em situação de rua que foi e ainda é uma localidade

marginalizada e violenta, para a criação de um estacionamento privativo. Mesmo assim, o fenômeno permanece.

O que ocorreu de forma cruel, nesta praça, foi uma intervenção urbanística que teve como objetivo transformar esteticamente o equipamento de lazer, sem a preocupação com os impactos negativos sobre as pessoas que precisam daquele espaço para a reprodução da vida.

A violência urbana e a insegurança geram mudanças no espaço urbano que são uma afronta ao espaço público e as relações sociais, já que reduzem as áreas, inibem a presença de pessoas nesses espaços, dentre outros fatores.

Mesmo se o Estado instalasse nesta praça, metaforicamente, um labirinto de gradil, ainda assim, a sensação de insegurança não mudaria e o problema das pessoas em situação de rua não desapareceria. O problema existente é estrutural e precisa de projetos sociais para ir revertendo essa triste realidade. Mas ao contrário, as instituições que faziam trabalho de apoio e acolhimento foram extintas da localidade, o que só fez aumentar o número de pessoas em situação de rua fazendo da praça seu local de moradia e de sobrevivência. E como consequência, moradores do entorno da praça e transeuntes que conhecem a localidade, optam em afastar-se e fazer pouco uso deste espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após reforma de requalificação nas praças do Campo Grande, Piedade e Irmã Dulce, que passaram a ser rodeada por gradil as quais tiveram como principal intuito diminuir a violência e a sensação de medo, em sua maioria proveniente dos moradores de rua, só teve êxito na Praça 2 de Julho, uma vez que foi acompanhado por realização de eventos e programação cultural.

A Praça da Piedade continua sendo, para muitos, o lugar de passagem, resultado do seu entorno que é predominantemente comercial. A Praça da Irmã Dulce ainda apresenta forte característica como o lugar de espera, dada a sua proximidade com instituições de saúde de escala estadual.

Em tempos de enfraquecimento das relações sociais, o medo da violência mostra-se como um forte elemento de intensificação dos processos de isolamento e segregação no cotidiano das cidades brasileiras.

A violência cria condições para que o medo e o sentimento de insegurança se instalem na sociedade, abrindo espaço para consequências que interferem na conformação do espaço urbano e na forma como a população se relaciona entre si e com a cidade. Geram mudanças no espaço urbano que são uma afronta ao espaço público e as relações sociais, já que reduzem as áreas, inibem a presença de pessoas nesses espaços, dentre outros fatores.

Existe diferença na manifestação do medo da violência e de suas consequências de acordo com o contexto social área se aplica na questão da utilização do espaço público. Mostra-se assim que o medo da violência e seus desdobramentos, apesar de existirem de forma generalizada em toda a cidade, se manifestam e são vistos de formas distintas de acordo com o contexto social de cada espaço.

Ao gradear praças estamos fazendo uma opção por obter cada vez mais segurança. No entanto, uma vez que o sistema de segregação espacial é utilizado como estratégia para fugir das inseguranças, ele gera para os usuários uma segurança relativa.

O aumento da violência gera cada vez mais insegurança e maior segregação dos territórios na configuração espacial. O Estado reduz o problema da violência e da criminalidade a uma questão de oportunidade.

A necessidade de segurança, diferenciação e segregação social, terminam por aumentar os riscos de incidência de crime nos espaços públicos que se tornam mais vazios.

A arquitetura do medo é uma consequência percebida nas praças, apresentando modificações em sua arquitetura com a utilização de artifícios de proteção. O problema, porém, é que, com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana, essas praças cercadas de gradil acentuam a segregação social e a apropriação social do espaço público que seriam, ou deveria ser, acessíveis a todos, vão sendo apropriados de modo seletivo e diferenciados pelos diferentes agentes na cidade.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, J. S. **Criminalidade nas Cidades Centrais da Bahia**. Universidade Salvador, 2010.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador**. Caderno do CEAS, v. 1, p. 45-73, 2015

ABREU, Yuri. Moradores de rua tomam conta da Piedade. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 1-1, 7 jan. 2021. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 16 ago. 2019.

ARAÚJO, Solange Souza. **Tipomorfologia das Praças e Largos de Salvador: Intervenções em espaços do centro antigo (1980-2005)**. 2006. Tese (Doutora em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/11.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BORÉM, Letícia Santos. **O medo da violência como causador de transformações no espaço urbano: o caso de Montes Claros/MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

CONCEIÇÃO, Paulo Dias. **Caminhos de pedras: saúde dos usuários de crack em situação de Rua no Bairro De Roma em Salvador Bahia**. 2015. Monografia (Bacharel Em Serviço Social) - Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, CACHOEIRA, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA SAÚDE. **O desafio do enfrentamento da violência: situação atual, estratégias e propostas**. Brasília: 2008.

DELGADO, Juan Pedro Moreno. **Mobilidade Urbana**. Salvador, 28 set. 2011. Disponível em: <http://redepofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/mobilidade-urbana>. Acesso em: 12 jul. 2019.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. De largo a jardim: as praças públicas no Brasil: algumas aproximações. **Estudos geográficos**: revista eletrônica de geografia, Rio Claro, v. 5, n.1, p.101-120, jan. 2007.

GONÇALVES, Fábio Mariz. **Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos**. São Paulo: 2002.

GUIA GEOGRÁFICO. Salvador Antiga. Disponível em: <http://www.salvador-antiga.com/piedade/antigas.htm>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GUIA GEOGRÁFICO. Salvador Antiga. Disponível em: <http://www.salvador-turismo.com/campo-grande/campo-grande.htm>. Acesso em: 09 set. 2019.

JORNAL CORREIO. A praça é do povo: são mais de 600 espalhadas por Salvador. **A praça é do povo: são mais de 600 espalhadas por Salvador**, Salvador, p. 1-3, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-praca-e-do-povo-sao-mais-de-600-espalhadas-por-salvador/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

JORNAL GRANDE BAHIA. **Salvador, Praça Irmã Dulce**. 15 jan. 2014. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/01/governador-e-ministra-da-cultura-inauguram-praca-irma-dulce-em-salvador/salvador-praca-irma-dulce/>

JORNAL TRIBUNA DA BAHIA. **Moradores de rua tomam conta da Piedade**, Salvador, 07 fev. 2018. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/15230/moradores-de-rua-tomam-conta-da-piedade>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **População de rua em Salvador: territórios e direito à cidade**. 2016. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21042/1/Nadja_Conceicao_Jesus_Miranda.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

NARCISO. Carla Alexandra Filipe. **Espaço público: ação política e prática de apropriação. Conceito e procedências**. In: Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 9, N.2. .265-291. 2009.

PENA, João Soares. **Espaços de excitação: cines pornôs no Centro de Salvador**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Densidade demográfica. Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/densidade-demografica.htm>. Acesso em 08 jul. 2019

PEREIRA, Marivaldo. Prevenir a violência: a saída possível. **Revista Construção**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://revistaconstrucao.org/seguranca-publica/prevenir-a-violencia-a-saida-possivel/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

PLANO SALVADOR 500 RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO ATUAL. Salvador: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2015. Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/uploads/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ROBBA, F.& MACEDO, S. **Praças Brasileiras**. São Paulo, 2003.

SABOYA, Renato Tibiriçá de; BANKI, Gabriela Hall; SANTANA, Júlia Mayer Alves de. Uso do solo, visibilidade e ocorrência de crimes: Um estudo de caso em Florianópolis, Santa Catarina. **Oculum Ensaios**, 2016, jul/dez. 2016.

SANTOS, Clara Novais. **Revitalização da Praça Guadalupe Amado Mendonça em**

Aracaju-SE. 2018. 106 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em arquitetura e urbanismo.) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, LARANJEIRAS, 2018.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Principais delitos – capital.** Salvador: 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE SALVADOR. **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.** Salvador: 2017.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios.** Brasília: 2005.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. **O espaço público e a cidade contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção.** 2006. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8830/2/sorianoparte2.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SOUZA, Adslane Pereira de. **Análise da qualidade ambiental urbana em praças públicas através da percepção dos seus usuários: o caso da Praça Dois de Julho - Campo Grande Salvador-Bahia.** 2009. 145 f. Dissertação (Mestre em Engenharia Ambiental Urbana) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

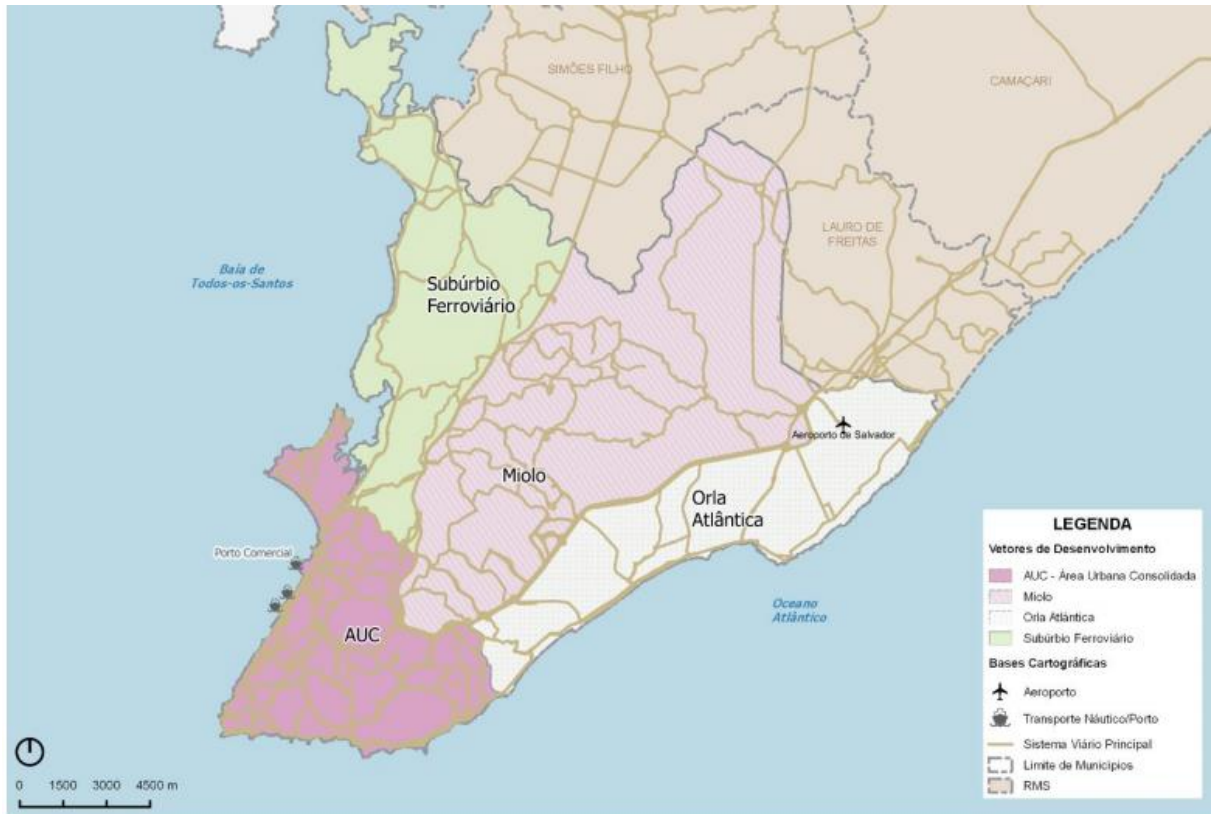
SILVA, E. A. **Espaços Públicos e Territorialidades: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, Fortaleza – CE.** 164 f. Fortaleza, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cadernos Cedes**, [S. l.], dezembro 1998. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19508772-Violencia-inseguranca-e-imaginario-do-medo.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

TORRES, Juan; RODRIGUES, Rafael. Mapa deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres. **Correio**, Salvador, p. 1-2, 22 maio 2012. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mapa-deixa-clara-a-concentracao-de-homicidios-em-bairros-pobres/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

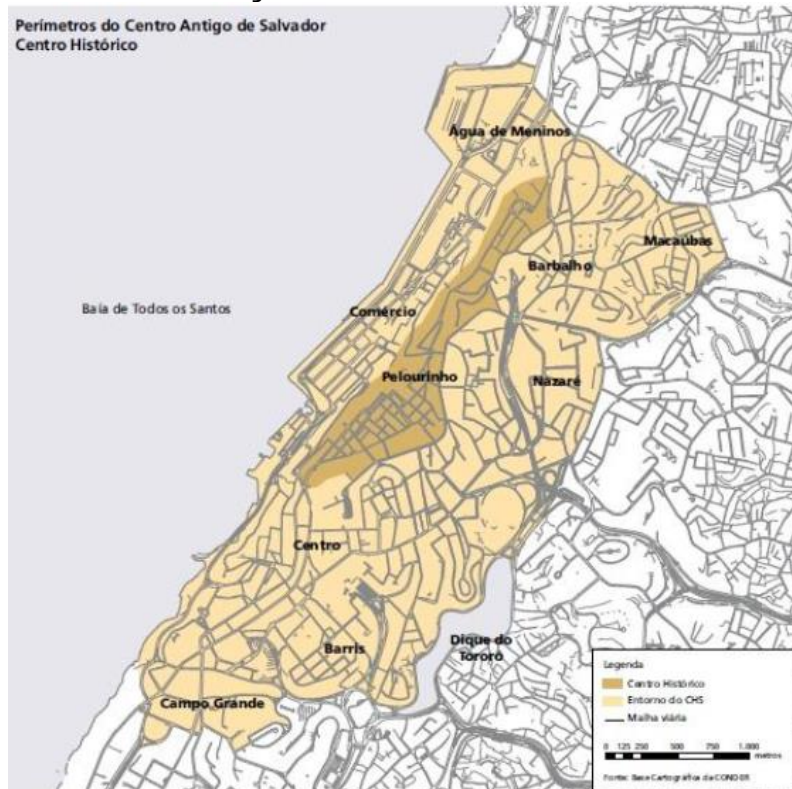
ANEXOS

ANEXO A – REGIÕES DE SALVADOR



Fonte: PLAMOB, 2017

ANEXO B – DELIMITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR



Fonte: PENA, 2013